



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Praça Urias José da Silva, 42  
CEP 38490-000 - Indianópolis-MG



Ofício n.º 286/2002 – GP/PMI

Indianópolis-MG, 4 de outubro de 2002.

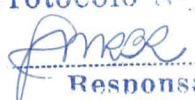
Senhor Presidente,

Atendendo ao Requerimento da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que nos foi encaminhado por meio do Ofício n.º 140/2002 – CM/GP, encaminhamos em anexo, cópias do Estatuto da Associação dos Trabalhadores Rotativos de Indianópolis e o CNPJ.

Atenciosamente,

  
JOSÉ MAURO STABILE  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor  
José Helvécio Fernandes de Resende  
Presidente da Câmara Municipal  
Indianópolis-MG

CÂMARA MUNICIPAL INDIANÓPOLIS - MG  
Protocolo Nº 158/2002  
 7/10/2002  
Responsável Protocolo

# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES ROTATIVOS DE INDIANÓPOLIS-MG



## CAPÍTULO I

**Art. 1º - A Associação dos Trabalhadores Rotativos de Indianópolis (ATRI)** é uma entidade de direito civil sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado, localizada na cidade de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, regendo-se pelo presente Estatuto.

**Art. 2º - A Associação dos Trabalhadores Rotativos de Indianópolis (ATRI)**, será constituída por trabalhadores da comunidade local e outros interessados no desenvolvimento das atividades da categoria ligada ao setor em geral.

## CAPÍTULO II

### DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

#### SEÇÃO I

##### DOS OBJETIVOS

**Art. 3º - A Associação dos Trabalhadores Rotativos de Indianópolis (ATRI)** tem por objetivos:

I – Promover a integração social facilitando relacionamento entre os membros da Associação

II – Apoiar, valorizar e promover o trabalhador e suas famílias assegurando os direitos à cidadania.

III – Apoiar a realização de festivais de arte, espetáculos culturais e teatros.

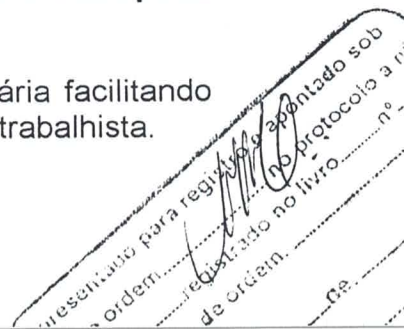
IV – Ampliar as possibilidades de trabalho tanto na zona urbana quanto na zona rural.

#### SEÇÃO II

##### DAS FINALIDADES

**Art. 4º - A Associação dos Trabalhadores Rotativos de Indianópolis (ATRI)** tem por finalidades:

I – Promover a integração dos trabalhadores a vida comunitária facilitando acesso aos meios culturais, de esporte, lazer, de assistência social e trabalhista.



II – Estabelecer critérios para acompanhamento e avaliação das ações dos projetos e programas elaborados pela Associação.

III – Assegurar aos membros da associação acesso aos direitos trabalhistas

IV – Promover e executar programas essenciais de Assistência Social.

V – Contratar, organizar, fixar custos para transporte de trabalhadores urbanos e rurais.

VI – Cadastrar o trabalhador de acordo com a sua qualificação profissional

VII – Disponibilizar o trabalhador cadastrado na Associação para prestação de serviços em atividades inerentes a sua qualificação

VIII – Firmar convênios, acordos e outros instrumentos para colocação de trabalhadores na indústria, comércio, poder público, agricultura, pecuária e trabalhos temporários.

### CAPITULO III

### DOS SÓCIOS

**Art. 5º** - Poderão ser sócios da **Associação dos Trabalhadores Rotativos de Indianópolis (ATRI)** qualquer pessoa que exerça atividade fixa ou temporária, desde que satisfaça as exigências e condições previstas neste Estatuto desde que preencha as seguintes condições:

I – ter Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

II – ter Título Eleitoral

III – ter Carteira de Saúde atualizada

IV – ter Certidão Negativa Criminal

**§ único** – Preencher Ficha Cadastral.

**Art. 6º** - A Associação será composta por:

I - Sócio Fundador

II – Sócio Efetivo

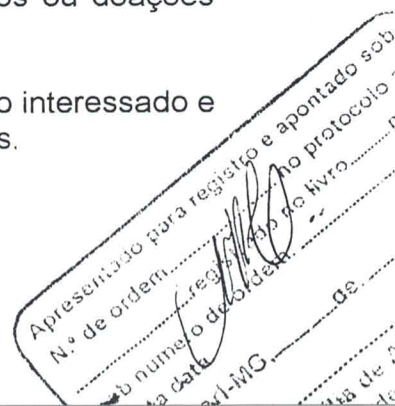
III – Sócio Benemérito

**§ 1º - Sócio Fundador** – aquele que participar da fundação da **Associação dos Trabalhadores Rotativos de Indianópolis (ATRI)** ou a ela se filiar num prazo máximo de seis (seis) meses a contar da data de sua fundação.

**§ 2º - Sócio Efetivo** – Aquele que se associar a Associação dos Trabalhadores Rotativos de Indianópolis (ATRI) após o prazo previsto no parágrafo primeiro.

**§ 3º - Sócio Benemérito** – Pessoa física que presta serviços ou doações relevantes a Associação.

**§ 4º** - A admissão de associados dependerá de requerimento do interessado e de aprovação do Conselho Deliberativo, por maioria absoluta de votos.







**Art. 7º** - São direitos dos Associados:

- I - participar de assembleias gerais
- II - votar e ser votado desde que satisfaçam as exigências estatutárias
- III - ser informado dos eventos promovidos pela Associação
- IV - ter acesso a todos os documentos da Associação principalmente os de natureza administrativa, financeira e contábil.
- V - apresentar propostas de trabalho e atividades para a Associação

**Art. 8º** - São deveres dos Associados:

- I - respeitar e cumprir este Estatuto
- II - cumprir com dedicação as atribuições para qual tenha sido eleito
- III - participar de programas de treinamento e reciclagem
- IV - colaborar com promoções que visem angariar fundos para a Associação.
- V - manter o respeito e cuidados para que os bens disponíveis da Associação sejam preservados.

**Art. 9º** - O sócio terá direito de votar e ser votado depois de 60 (sessenta) dias filiado a Associação.

## **CAPITULO IV**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. X** - São os seguintes os órgãos da Associação:

- I - Assembleia Geral
- II - Diretoria
- III - Conselho Deliberativo
- IV - Conselho Fiscal

**§ 1º** - O Conselho Deliberativo é composto pela Assembleia Geral e Diretoria.

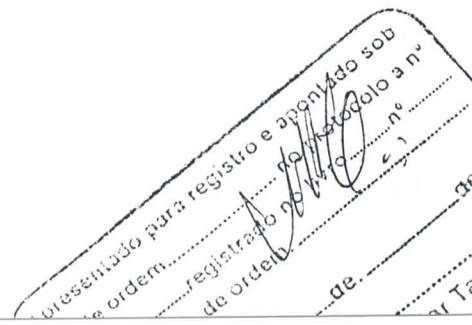
**§ 2º** - Por se tratar de entidade com finalidade social, não serão remunerados os membros que compõe os órgãos da Associação.

## **SEÇÃO I**

### **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. XI** - A Assembleia Geral compete:

- I - eleger os membros da Diretoria e Conselho Fiscal



II – elaborar, discutir, aprovar e alterar o Estatuto da Associação pela maioria simples dos presentes a Assembléia Geral,

III – deliberar sobre qualquer alteração estatutária, seja na fusão, transformação ou dissolução da Associação.

IV – decidir sobre a cassação de mandato da diretoria, bem como de qualquer membro da Associação.

§ 1º - A Assembléia Geral se reunirá uma vez por semestre para discutir assuntos de interesse da Associação e aprovar os relatórios da Diretoria ou extraordinariamente se convocada na forma estabelecida por este Estatuto.

§ 2º - A convocação da Assembléia Geral dar-se-á com antecedência mínima de 10 (dez) dias e se realizará com a presença mínima com 2/3 (dois terços) de seus membros.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO DELIBERATIVO

**Art. XII** - Ao Conselho Deliberativo compete:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto

II – estabelecer os planos de trabalho da Associação

III – decidir sobre a aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis, submetendo sua deliberação a Assembléia Geral.

IV – decidir sobre a exclusão de associado por cometimento de infração

V – prestar contas mensalmente, submetendo-as a aprovação do Conselho Fiscal e Assembléia Geral.

VI – prestar informações a qualquer associado ou órgãos pertencentes à Associação

VII – Decidir sobre os casos omissos, garantindo recurso a Assembléia Geral.

§ 1º - O Conselho Deliberativo será constituído por:

I – Presidente

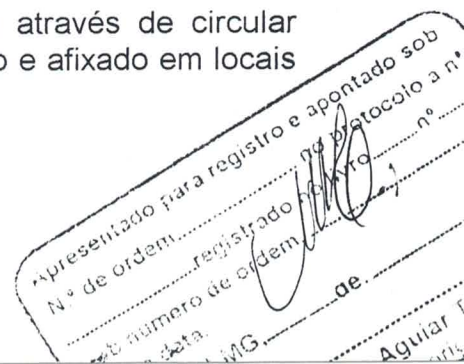
II – Vice-Presidente

III – Secretário

IV – Tesoureiro

§ 2º - Os membros do Conselho Deliberativo serão eleitos em Assembléia Geral com mandato de um (1) ano permitida a reeleição por igual período

§ 3º - A convocação da Assembléia Geral será feita através de circular endereçada a todos os membros ou através de edital publicado e afixado em locais de grande fluxo de pessoas



### SEÇÃO III

#### DA DIRETORIA

**Art. XIII - A diretoria será composta por:**

- I – Presidente
- II – 1º Vice-Presidente
- III – 2º Vice-Presidente
- IV - Secretário
- V – 2º Secretário
- VI – Tesoureiro
- VII- 2º Tesoureiro

**Art. XIV - A diretoria compete:**

- I - administrar a entidade em toda sua abrangência
- II – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto
- III – organizar, fixar e fazer cumprir as funções de cada cargo.
- IV - resolver os casos omissos, ouvido a Assembléia Geral.

§ 1º - A diretoria será eleita para um mandato de 1 (um) ano permitida a recondução ao cargo por igual período.

§ 2º - A diretoria se reunirá o número de vezes que for necessário para deliberação de assuntos afetos a associação, com um quorum mínimo de 1/3 (um terço ) de seus membros.

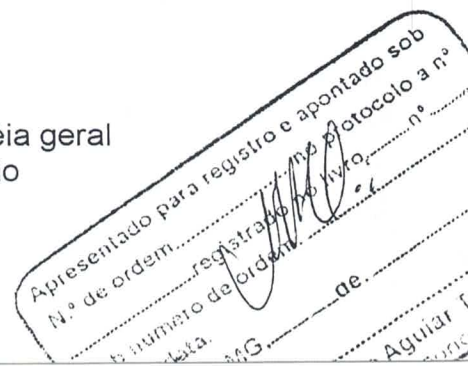
**Art. XV - Compete ao Presidente:**

- I – presidir as reuniões da diretoria e assembléia geral
- II – representar a associação em juízo ou fora dele
- III – convocar as reuniões da diretoria
- IV – assinar conjuntamente com o Tesoureiro os documentos de caráter financeiro, tais como balanços contábeis e cheques e tudo que for necessário para movimentação bancária.

**Art. XVI -** Ao vice Presidente compete substituir o Presidente em com todas atribuições afetos ao cargo do substituído

**Art. XVII - Compete ao Secretário:**

- I - Organizar os arquivos da associação
- II – secretariar todas as reuniões da diretoria e assembléia geral
- III – manter em dia toda a correspondência da associação





FL. Nº 14

*[Signature]*

Visto

I – Orientar e fiscalizar toda arrecadação que a associação venha a auferir

II – verificar e acompanhar todos os documentos de caixa

III – depositar em banco todos os valores auferidos e movimentar as contas conjuntamente com o Presidente

IV - substituir os demais membros da diretoria em sua falta, obedecida hierarquia de sua formação.

## DO CONSELHO FISCAL

**Art. XIX** - O Conselho Fiscal será composto de três (três) membros efetivos e respectivos suplentes que os substituirão nas ausências e Impedimentos.

I - fiscalizar os atos da diretoria

II – convocar extraordinariamente reuniões da diretoria e do conselho fiscal

III – deliberar sob questões de doações, alienação, venda, permuta, aplicação de bens e recursos da associação.

IV – analisar e julgar as contas da diretoria.

**Art. XXI** - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente para apreciar os atos da diretoria e extraordinariamente quando convocado para emitir parecer.

## DO PATRIMÔNIO E RECURSOS

**Art. XXII - O Patrimônio Social da Associação dos Trabalhadores Rotativos de Indianópolis (ATRI) será constituído pelos bens adquiridos pela associação ou a ela doados.**

I - contribuição associativa

II – convênios e acordos a celebrar

III – contribuições e auxílios de qualquer entidade

Apresentado para registro e apontado sob  
N.º de ordem ..... na protocolo a n.  
.....  
registrado no livro ..... nº .....  
número de ordem .....  
de .....  
ATA G. Aguiar

- IV – subvenções de órgãos públicos ou privados  
V - festas, eventos diversos.



§ 1º - Em caso de extinção, determinada por  $\frac{3}{4}$  ( três quartos) dos sócios seus bens serão doados a entidade congênere local e na falta desta, os bens terão destinação votada pela Assembléia Geral.

§ 2º - Os recursos a que se refere o art. 21 deste Estatuto serão depositados em conta bancária especial e movimentada somente com cheques nominais, assinados pelo Presidente e Tesoureiro.

§ 3º - Os recursos da Associação serão destinados à prestação de serviços aos associados.

## SEÇÃO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. XXIV** - Os membros da Diretoria serão eleitos democraticamente em Assembléia Geral.

**Art. XXV** - o presente Estatuto só poderá ser alterado pela maioria simples dos associados em Assembléia Geral.

**Art. XXVI** - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria da Associação ouvido a Assembléia Geral.

**Art. XXXVII** - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral em ata.

Indianópolis, 15 de setembro de 2002.

*Sabrina Paula de Carvalho Abreu.*

VISTO: MARCOS ANDRE ALAMY  
OAB 87.649 MG







**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ**



## COMPROVANTE PROVISÓRIO DE INSCRIÇÃO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ  
**05.308.760/0001-84**

VÁLIDO ATÉ  
**02/12/2002**

CÓDIGO DE ACESSO  
**07.31.04.49.64 - 00.075.363.801.604**

### IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma, razão social ou denominação comercial)  
**ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES ROTATIVOS DE INDIANOPOLIS**

### QUALIFICAÇÃO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
**99-5/00 - Outras atividades associativas,ne**

### ENDEREÇO

LOGRADOURO (rua,avenida,estrada,etc) <b>RUA IRINEU ALVES RABELO</b>		NÚMERO <b>113</b>
COMPLEMENTO (apto,sala,andar)	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	CEP <b>38490-000</b>
MUNICÍPIO <b>INDIANOPOLIS</b>	UF <b>MG</b>	TELEFONE/CONTATO

Este documento somente fará prova de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ quando acompanhado do respectivo ato constitutivo ou alterador registrado no órgão competente. O cartão CNPJ será remetido à pessoa jurídica pela Secretaria da Receita Federal.

Emitido para os efeitos do art. 56 da Instrução Normativa SRF nº 2, de 2 de janeiro de 2001.

Emitido às 08:42, horário de Brasília, do dia 04/10/2002, via Internet.

### RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

UNIDADE CADASTRADORA  
**0610900 - UBERLANDIA**

Aprovado pela IN/SRF nº 35/2001